

Desvendando Redes ao Redor de Quilombos e Florestas: um Estudo de Caso no Vale do Ribeira

Mariana Wongtschowski

Wageningen - Holanda, outubro de 2001

Agradecimentos

A todos aqueles que tão pacientemente ouviram minhas infindáveis perguntas e me presentearam com tão intensas respostas, ou, tantas vezes, com ainda mais intrigantes perguntas.

Ao pessoal de campo do ITESP de Eldorado, às Irmãs da Casa Paroquial, ao MOAB.

A Dona Elvira e Seu Antônio, não há palavras que descrevam tanta hospitalidade e carinho. "Vão desculpando qualquer coisa".

Meus mais sinceros e emocionados agradecimentos aos membros da comunidade de São Pedro, tão especial pela coragem, união e carinho com que recebe os forasteiros que ali aportam. Desde 1998 a atmosfera única de São Pedro me comove e cativa. Não raras vezes, durante os meses de trabalho de campo, eles me apresentaram como "a moça que já é nossa". E essa elegi como minha grande missão: ser capaz de "ser deles", de ajudar como podia na conquista de seus direitos e seus sonhos... ser parte ativa da luta. Até que ponto consegui, não sei. Mas com certeza a cada decepção também me sentia um pouco "deles", e assim pude compreender como é difícil a luta da qual são protagonistas. Luta que vai muito além do direito à terra. Luta pelo direito e chance de decidir pelo próprio futuro, pela própria vida.

Índice

Tabela de Abreviações	4
I. Prefácio	5
II. Introdução	5
III. A Comunidade de São Pedro	6
IV. Discussão e Recomendações	10
1. Participação: do discurso à prática	10
2. Relações inter-institucionais	11
3. Continuidade e transparência	12
4. Do paternalismo à ação	13
5. Grupo Gestor como plataforma de planejamento	13
V. Considerações finais	14
V. Bibliografia	15

Tabela de Abreviações

Sigla	Nome completo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CESP	Companhia Energética de São Paulo
DEPRN	Departamento de Proteção dos Recursos Naturais
APA	Área de Proteção Ambiental
CEDAVAL	Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
FF	Fundação Florestal do Estado de São Paulo
FP	Fundação Cultural Palmares
IF	Instituto Florestal do Estado de São Paulo
ISA	Instituto Socioambiental
ITESP	Fundação Instituto de Terras "José Gomes da Silva"
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MOAB	Movimento dos Ameaçados por Barragens
PT	Partido dos Trabalhadores
SUDELPA	Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
USP	Universidade de São Paulo

I. Prefácio

Esse é o documento síntese em Português da tese de mestrado de Mariana Wongtschowski, realizado na Wageningen University, Holanda, de setembro de 2000 a março de 2002. O curso (MAKS – Management of Agricultural Knowledge Systems) oferece uma base sociológica que busca capacitar o estudante, normalmente formado nas ciências agrárias, a melhor compreender e estudar a realidade em que trabalha em seu país de origem. O trabalho de campo foi realizado na Comunidade de Remanescentes de Quilombos de São Pedro, Município de Eldorado Paulista, Vale do Ribeira - SP, entre junho e setembro de 2001. A estudante já havia trabalhado na área em 1998, tomando parte de diagnóstico coordenado pela ESALQ/USP e FF em três comunidades.

O documento final da tese deve, por força de regulamento interno da Universidade, ser escrito em inglês. Por considerar que o objetivo desta tese de mestrado vai muito além de conquistar o título de mestre em si, a estudante optou por redigir este resumo, bastante curto, simples e didático, de cunho mais prático; em Português, permitindo amplo acesso ao trabalho.

É importante ressaltar que aos leitores deste documento pressupõe-se um conhecimento mínimo da conjuntura sobre a qual se escreve. Para maiores detalhes, a bibliografia é extensa, e algumas indicações podem ser encontradas ao final deste volume.

Cópias foram enviadas a todas as entidades que, durante o trabalho de campo, mostraram ter sido ou/e ainda ser importantes para a comunidade de São Pedro. A autora apresenta neste resumo a sua interpretação dos fatos, baseada em quatro meses de contínua convivência com a comunidade, entrevistas, participação em encontros e reuniões, conversas informais. Considera, portanto, as conclusões aqui relatadas dignas de atenção por parte das instituições envolvidas e pede para que cada um daqueles que receberam uma cópia procure ler e repensar seu papel junto as comunidades remanescentes de quilombos. Eles, mais do que ninguém, merecem este tempo e dedicação.

II. Introdução

Após o trabalho de campo coordenado pela ESALQ e FF em 1998, uma pergunta fundamental permaneceu não respondida: afinal de contas, por que é que tantas entidades trabalham aqui e as coisas não parecem mudar de forma significativa? Por que é que a comunidade ainda enfrenta tantas dificuldades e tem que contar com a extração de palmito (*Euterpe edulis*) para sua sobrevivência?

Com esta pergunta em mente partiu-se a campo... E essa pergunta foi repetida a cada um dos atores que a comunidade apontou como importantes no processo de mudança pela qual passa, ou ao menos, luta para passar. E, para grande espanto, extremamente diversificados foram os argumentos. A esperada chuva de reclamações sobre a atuação estatal veio acompanhada de uma interessante crítica ao papel e organização interna das diversas instituições atuantes e inclusive, à forma de organização e negociação empregadas pela Associação de Moradores da Comunidade de São Pedro. Uma prova de que as razões para tal "ausência de mudanças significativas" está longe de ser desconhecida pelas organizações que lá atuam. No entanto, conhecimento e reconhecimento estão mais longe do que se pode imaginar. E de reconhecimento, missão deste relatório, à mudança na filosofia de trabalho, ainda um longo caminho está para ser trilhado.

A proposta é que este caminho seja trilhado de maneira coletiva, abrindo-se espaço para críticas externas e internas; mantendo o respeito pelos desejos e sonhos da comunidade.

III. A Comunidade de São Pedro

É inicialmente importante descrever de forma sucinta a História recente da comunidade, de forma a melhor entender o que aqui se denomina "processo de mudança" por que esta passa.

A comunidade de São Pedro enfrentou sérios conflitos fundiários, principalmente nas décadas de 70 e 80, quando estes culminaram, em 03 de julho de 1982, com a morte de um morador local, Carlito. Morto por jagunços do fazendeiro Tibúrcio, que reivindicava terra e tentava expulsar os moradores, Carlito é hoje símbolo e mártir desta luta, ainda aos olhos da comunidade, não terminada.

Segundo relato de Maria Ignez Maricondi, técnica do ITESP, o Grupo da Terra, parte da SUDELPA, órgão vinculado ao governo estadual, tomando conhecimento dessa situação conflituosa, iniciou estudo para legalização fundiária na década de 1980.

No entanto, a área já pertencia a Zona de Vida Silvestre, não sendo possível a titulação dominial. Desta forma, optou-se por fornecer Permissões de uso do solo. Elaborou-se uma divisão aproximada da área que cada família utilizava, faixas perpendiculares ao rio às margens do qual a comunidade vive. Antes do término dos trabalhos o grupo foi extinto, e as permissões de uso nunca foram regularizadas. Apesar disso, como Tibúrcio estava foragido da polícia, a situação foi apaziguada.

Como durante as visitas, o Grupo da Terra sempre tivesse dito que cada família deveria ter, aproximadamente, 10 hectares de terra, os moradores de São Pedro hoje, quando perguntados pela quantidade de terra que possuíam antes da titulação em 2001, tendem a responder "10 alqueires". Analisando o mapa elaborado pelo Grupo da Terra, no entanto, observamos serem as áreas extremamente heterogêneas, chegando, algumas vezes, a 30 hectares. Esse parece ter sido fato desencadeador de importante mudança nos sistemas de uso da terra. Antes da intervenção cada família reconhecia parte da terra como sua, mas sentia-se autorizada a buscar outros locais mais distantes para cultivar enquanto as terras próximas estavam em descanso. Após a divisão das terras (ao menos de fato, senão de direito) essa flexibilidade foi bastante reduzida.

Parece ter sido a morte de Carlito que aproximou definitivamente a Igreja da comunidade. A Igreja, através de agentes locais, foi a responsável pela contratação de advogados para o caso. Um padre irlandês assumiu a luta junto com as comunidades, alimentando um processo de reflexão e organização. Uma religiosa de nome Passoni também foi figura importante no período, voltando a aproximar-se da comunidade. Ela havia participado das discussões para formação do Partido dos Trabalhadores (PT), já no início da década de 80, contando com a participação de lideranças quilombolas. Segundo relatos, a Associação do Bairro foi formada no início da década de 80, com o apoio da Comissão Nacional do Trabalho, entidade ligada a Igreja.

Mas é em 1986 que a Igreja começa a atuar na comunidade na forma em que ainda atua hoje: Irmã Sueli e Irmã Ângela passam a trabalhar em Eldorado, e a Igreja começa a lentamente tentar recuperar o que julgava ser importantes traços culturais das comunidades locais. Desde então as Irmãs tem desempenhado papel fundamental e contínuo no processo de organização em São Pedro.

Em 1985, durante o Governo Montoro, o Programa da Regularização Fundiária do qual o Grupo da Terra era parte lança o Programa de Apoio a Pequena Agricultura. Equipes constituídas de agrônomos, assistente social e técnicos agrícolas tinham como objetivo dar assistência às comunidades recém tituladas. A principal atividade implantada na época foi uma horta coletiva que parece ter sido bastante bem sucedida por algum tempo. Os produtos eram levados a Iporanga para comercialização. Com o fim do programa, no entanto, a comunidade afirma ter enfrentado dificuldades em continuar o trabalho sozinha.

A partir do final da década de 80, aproximadamente 87, 88, as comunidades tomam parte do movimento nacional de consciência negra. É importante perceber que antes da questão étnica, classe

e condição social eram os fatores que definiam a "identidade" dos membros das comunidades: eram não ainda "comunidades remanescentes de quilombos", mas sim "posseiros".

A Constituição de 1988 vem, então, ratificar a força do movimento negro nacional ao incluir em seus ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) o Artigo no. 68, que garante aos remanescentes de quilombos o direito a posse definitiva das terras que tradicionalmente vinham ocupando.

Entre 1989 e 1992, o CEDAVAL, em conjunto com a FAC (Fraterno Auxílio Cristão), lança o projeto "Monitoria Agrícola", que, segundo Sandra Kennedy (com. pessoal), tinha como objetivo formar lideranças que influenciassem e conduzissem o processo produtivo e de organização nas comunidades. Sandra lembra ainda que naquela época não se falava em "manejo florestal", apenas em agricultura e pequena pecuária. Em São Pedro, o projeto culminou com o plantio coletivo de maracujá e banana. No período de escoamento da produção, no entanto, a balsa que liga a comunidade à estrada Eldorado - Iporanga não estava funcionando. A produção foi inteiramente perdida.

Quanto às restrições ambientais, apesar do corte de palmito ter sido proibido já no código florestal de 1965 e da área em que se localiza a comunidade ter sido declarada parte da APA da Serra do Mar em 1984, apenas por volta de 1986 é que a comunidade começa a sentir com mais firmeza a ação da fiscalização florestal. Os membros da comunidade apontam esse como o período de início da proibição das roças e do medo das multas e "ataques" da Polícia Florestal. O corte de palmito, no entanto, é muito mais antigo na região. Queiroz, 1997, afirma que desde a década de 50 a atividade de extração do palmito vem produzindo mudanças nas relações sociais dentro das comunidades¹.

Por volta de 1990, cresce o número de palmiteiros "de fora da comunidade" que atuam indiscriminadamente nas áreas reconhecidas como pertencentes a São Pedro. O professor da escola de primeiro grau decide então ir à cidade e denunciar a ação de tais grupos. Funcionários do IBAMA atuam na área e retiram não só os palmiteiros de fora, como também os membros da comunidade que extraíam palmito. Segundo membros da comunidade, os palmiteiros "de fora" não obedecem a quaisquer normas ou padrões para a retirada do palmito. Os membros da comunidade, por outro lado, inicialmente buscavam preservar árvores matrizes, produtoras de sementes.

Em 1995 é criado o Parque Estadual Intervales, cuja área sobrepõe-se a parte do território tradicionalmente ocupado por São Pedro. As atividades agrícolas e extrativas tornam-se ainda mais rígida e sistematicamente fiscalizadas.

Simultaneamente, desde a década de 1970 a CESP cogita a construção de barragens no Rio Ribeira do Iguape (Carril, 1995). Mas é somente na década de 1980 que as comunidades passam a enfrentar aquele que ainda hoje é um dos principais focos de atenção dos movimentos sociais na região: o pedido de construção, pela Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantim) da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, a primeira de um projeto de três barragens no Rio Ribeira do Iguape. Em 1994, a hidrelétrica obteve licenças prévias dos governos de São Paulo e Paraná. Liminar obtida em ação civil pública levou o caso para o Ibama, pois o Ribeira de Iguape é um rio federal.

"Embora não estejam na área de inundação da represa, as comunidades quilombolas, situadas rio abaixo, temem impactos ambientais como a contaminação da água do rio (há mineração de chumbo na área) e uma grande enchente, que exigiria a liberação das águas da barragem" (O Estado de São Paulo, 12 de março de 2001).

Apesar de a Usina de Tijuco Alto não atingir diretamente as comunidades remanescentes de quilombos locais, a estratégia adotada é a de impedir a construção da primeira barragem do projeto,

¹ Queiroz estuda especificamente a comunidade de Ivaporunduva, mas relatos de moradores de São Pedro ratificam a informação.

que provavelmente abriria caminho para as demais (Itaoca, Funil e Batatal), já anteriormente embargadas por questões sócio-ambientais. Terras de oito comunidades seriam então alagadas, além de uma imensa área de Mata Atlântica protegida por lei. Os lagos das represas não chegariam a inundar a área de São Pedro diretamente, mas certamente levariam a um trágico isolamento cultural e social da comunidade.

Em 1992 Guilherme dos Santos Barboza, antropólogo ligado à Igreja, inicia na área o "Projeto de Estudo e Definição Técnico-científico das Organizações Remanescentes de Quilombos, no Vale do Ribeira, SP" (Barboza, 1992). Foi por volta desta época que São Pedro começou a ouvir e buscar entender o significado da palavra "quilombo".

Sobre este aspecto, é interessante notar como a identidade quilombola foi sendo construída no presente: ao redor de lembranças do passado (história oral), depositou-se esperanças futuras de direito à terra (Carvalho, 2001). Saber-se e sentir-se quilombola passou a ser fundamental na luta por sobrevivência e permanência, na garantia de proteção do território ocupado.

Em 1996 o Governo do Estado estabelece a criação de Grupo de Trabalho, constituído por membros de diversas secretarias estaduais envolvidas no processo de titulação e atendimento às comunidades, e que tem como objetivo "conferir o direito de propriedade aos Remanescentes de Quilombos e definir conceitos, diretrizes e medidas aptas a garantir a plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais em território paulista (...)" (ITESP, 2000; ver também Andrade, 1997).

É também em 1996 que a Associação dos moradores ganha o nome de "Associação dos moradores do quilombo São Pedro". Em 1998 a associação é finalmente registrada e formalizada.

Em 1997, decreto estadual cria o Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta, integrando secretarias de estado e ONG's, "definindo competências, instituindo Grupo Gestor e encaminhando Projeto de Lei adequando a legislação fundiária estadual às especificidades dos remanescentes de quilombos" (ITESP, 2000), permitindo, desta forma, que às Associações de bairro pudessem ser dados os títulos de posse da terra. Foi também em 1997 que o ITESP passou a ter competência legal para encaminhar os processos de titulação das áreas de Comunidades Remanescentes de Quilombos, assim como o objetivo de "promover capacitação técnico-agrária" de seus moradores (Decreto 41.774).

Outros passos importantes na área legislativa garantiram a exclusão das áreas ocupadas pelos antigos quilombos das APA's, a retificação dos limites do Parque Estadual Intervales e mais recentemente também do Parque Estadual Jacupiranga (Lei 1850/2001).

Em 15 de janeiro de 2001 a Associação de São Pedro ganha, das mãos do então governador do Estado, Mário Covas, o título definitivo de suas terras. Em cerimônia emocionante e inesquecível, grande parte da comunidade fez-se presente e hoje relata, incansavelmente, cada detalhe vivido.

Apesar disso, para a posse da terra ainda faltam o registro em cartório e a retirada (indenização) dos posseiros não pertencentes à comunidade. A Associação faz desta retirada, que lhes garantirá na prática o livre acesso e trabalho na terra que lhes é de direito, seu objetivo imediato e digno de toda a energia e esforço de seus membros.

Na comunidade de São Pedro vivem hoje 26 famílias, quase todas ligadas por relações de parentesco. Todas as famílias possuem membros sócios da associação local. São Pedro apresenta características bastante peculiares de organização e relação social. Parece ser unânime entre as instituições que atuam na região a união interna exemplar que a comunidade apresenta às entidades externas. As lideranças negam-se a tomar decisões sem consultar e informar os membros da comunidade, e as estratégias de ação são sempre construídas com a colaboração da maioria. Isso não significa, no

entanto, que não hajam divergências de opinião, muitas vezes não abertamente expostas pelos membros da comunidade, quanto às diversas decisões tomadas.

O trabalho de campo deixou bastante claro que, quanto mais claras as intenções e objetivos dos atores externos atuantes, menos divergências internas são observadas. Quando a comunidade não se sente esclarecida sobre um trabalho ou um projeto, seus membros tendem a interpretar de formas diferentes os fatos vividos.

A própria comunidade apontou também o conflito entre os interesses das diferentes gerações como significativo no processo de mudança por que passam hoje. Os jovens tem interesses diferentes dos interesses dos mais velhos. Os mais velhos apontam a falta de importância dada ao trabalho na roça pelos mais novos. Os mais jovens procuram soluções que difiram das agrícolas para seus problemas atuais. No entanto, apesar de mais "estudados", tampouco conseguem emprego ou modo de vida sustentável nas cidades maiores. Muitas mulheres, a partir dos 16 anos, migram da comunidade em busca de emprego como empregadas domésticas em São Paulo ou Santos. Os mais velhos em boa parte já migraram no passado e agora consideram ficar na comunidade como a melhor opção de vida.

Mas o problema não se resume a um conflito de gerações. As comunidades remanescentes de quilombos sempre mantiveram contato com o mundo urbano (ver Queiroz, 1980 e Oliveira Junior et al, 2000). Nas últimas décadas a intensificação deste contato por conta das migrações de famílias da comunidade e do acesso a escola na cidade, trouxe mudanças no padrão de vida, nas necessidades de consumo e nos valores das comunidades.

Algumas organizações que atuam na área afirmam que os moradores da comunidade de São Pedro são historicamente extrativistas. Desta forma, produção agrícola, especialmente àquela destinada a alimentação a longo prazo, não seria tradicionalmente prioritária. Esse traço histórico, aliado às restrições ambientais impostas pela legislação, e às necessidade de consumo acima apontadas, trariam à comunidade a necessidade de buscar outras fontes de renda, neste caso, o palmito.

Discordando de tal interpretação, acredito que a alimentação da família é ainda tema prioritário na definição das atividades diárias da comunidade. A produção para comercialização, por outro lado, não é vista como solução para o problema da falta de renda monetária: ainda é rentável cortar o palmito. "Ainda" no sentido de que a comunidade tem consciência do perigo de extinção do palmito. As caminhadas se alongam, o diâmetro das árvores cortadas diminuem. E o tempo passa sem que nenhuma instituição consiga trabalhar a questão do palmito de forma efetiva.

A Fundação Florestal, no final da década de 90, realizou plantio de mudas em pequena área da comunidade. O processo é, no entanto, extremamente caro e trabalhoso, e a comunidade percebe os 6 anos até a colheita como tempo excessivamente longo. Longo demais para que valha a pena despende tempo de trabalho com o plantio, sem nenhum ressarcimento imediato.

Mas a grande maioria dos membros dos entrevistados aponta a ação desordenada e ineficiente dos órgãos estatais como "culpados" pela situação atual da comunidade.

Parte disso certamente deriva da relação que se criou, historicamente, entre a figura do Estado e a sociedade de um modo geral. O "Estado" é visto como um grande conjunto de órgãos por definição ineficientes e burocratizados, porém necessários. O Estado estabelece uma relação de paternalismo para com os diferentes grupos da sociedade, estendendo a mão, de tempos em tempos, de modo a sempre deixar a espera e a mercê de sua vontade, grupos que tornam-se incapazes de agir por si próprios e buscar soluções em outras partes.

Faoro, 1998, estudando a formação do patronato político brasileiro, assim analisa a relação criada entre "povo" e "Estado":

"O governo tudo sabe, administra e provê. Ele faz a opinião, distribui a riqueza e qualifica os opulentos. O súdito, turvado com a rocha que lhe rouba o Sol e as iniciativas, tudo espera da administração pública, nas suas dificuldades grandes e pequenas, confiando, nas horas de agonia, no milagre saído das câmaras do paço ou dos ministérios. Esse perigoso complexo psicológico inibe, há séculos, o povo, certo de que o Estado não é ele, mas uma entidade maior, abstrata e soberana." (Faoro, 1998: 393)

É preciso apontar que em anos recentes o terceiro setor vem se aproximando de São Pedro de forma a ocupar o espaço vazio deixado pelo espaço. O perigo, neste caso, é o de apenas transferir uma relação de paternalismo. Esta discussão será mais aprofundada no capítulo seguinte.

Na questão quilombola, outro fato extremamente importante a ser considerado é a ligação político-partidária de membros da comunidade e de diversos grupos nela atuantes. Por um lado, a questão partidária diminui as possibilidades de um trabalho conjunto entre organizações da sociedade civil e estatais que possuem membros de outros partidos. Por outro, ainda é extremamente importante como modo de estabelecer pontes com outras entidades, ou, melhor dizendo, com indivíduos de outras entidades. Basta, para tanto, observar que os advogados da comunidade são ligados diretamente à Igreja e a partidos políticos. Isso está longe de representar um problema para a comunidade, muito pelo contrário: representa saídas, acesso à soluções, que, se dependentes unicamente das agências estatais, estariam longe de serem alcançadas.

IV. Discussão e Recomendações

Mas apenas apresentar críticas não parece nem útil, tampouco construtivo. É neste sentido que, em primeiro lugar, há de se destacar a importância e contribuição do trabalho de tais entidades na área: sem a atuação da Igreja, o processo de organização teria sido, pelo menos, muitíssimo mais lento. Sem o ITESP, a regularização fundiária muito mais lenta e ainda mais burocrática; o licenciamento das roças que hoje permite a subsistência da comunidade, idem. Sem o apoio do MOAB e de diversos grupos políticos, a resistência na luta contra as barragens e na conquista da terra, muito mais difícil; a discussão sobre os limites dos Parques e as leis ambientais, impensável. E por aí vai...

Em segundo lugar, há de se apresentar propostas e sugestões construtivas. Com esse intuito, apresenta-se neste capítulo temas que deveriam ser longamente discutidos entre e inter-organizações de modo a possibilitar um trabalho coordenado e eficiente na comunidade de São Pedro.

1. Participação: do discurso à prática

É sempre baseada em relações pessoais que a comunidade de São Pedro desenha suas estratégias de ação: simples e cativantes, eles conquistam a simpatia dos técnicos (e certamente, pesquisadores) de campo. Mas infelizmente esse caráter único de São Pedro não é suficiente para definir objetivos e métodos das equipes de campo. Muitas vezes os técnicos compartilham dos desejos e interesses da comunidade, mas vêem-se sem saída entre estes desejos e ordens de instâncias superiores.

Espaço para as idéias dos técnicos de campo torna-se, desta forma, importante como reconhecimento do fato de que eles são definitivamente aqueles aptos a falar sobre a comunidade e apresentar idéias mais próximas as suas vontades. Mais realistas e sensíveis, no entanto, neste caso também parece ser sinônimo de mais fracos politicamente. Organizações capazes de ouvir suas equipes de campo (que por sua vez devem ser capazes de ouvir as associações quilombolas) são essenciais se quisermos implementar projetos que encontrem eco nos membros da comunidade.

E aí jaz uma das grandes contradições dos modelos de ação dos órgãos estatais, entre eles o ITESP e a Fundação Florestal: o fato de que a proposta de trabalho participativo com a comunidade não é assimilada pela própria organização. Não parece haver futuro em exigir que os técnicos coloquem em prática trabalhos definidos em conjunto com a comunidade, enquanto recebem ordens impostas e não discutidas. Trabalhos participativos requerem instituições participativas, coisa que parece longe dos auspícios da máquina estatal... (ver Nelson & Wright, 1995)

Simultaneamente, é importante aqui ressaltar a valia dos trabalhos de campo realizados pelas diversas instituições que atuam na área: o ITESP, que tem desempenhado papel fundamental no processo de regularização fundiária e no licenciamento das roças para queima e plantio é o melhor exemplo disso. E a consequência desta dualidade interna de interesses e motivações é o fato de que a comunidade passa a "amar e odiar" a entidade ao mesmo tempo. Agradece aqueles que desempenharam um papel fundamental na resolução dos conflitos fundiários e que estão sempre presentes no dia a dia; mas criticam impiedosamente a entidade como um todo, de forma a simbolizar a direção da mesma, que, segundo lhes parece, está mais ligada a questões políticas do que aos interesses da comunidade.

Um exemplo claro pode ser encontrado nas discussões sobre o destino a ser dado a R\$ 2 milhões, prometidos às comunidades quilombolas pelo Gov. Mário Covas no ato da entrega do título das terras.

Quando uma autoridade política e executiva promete tal montante de dinheiro, em público, as comunidades mais do que depressa tendem a acreditar e depositar fé no ato. Mas a burocracia fala mais rápido e alto. Dos R\$ 2 milhões, cerca de R\$ 600 mil foram destinados a indenização dos "terceiros" que tem benfeitorias nas terras quilombolas. O restante foi alocado na Secretaria de Obras, sob o rótulo de "obras geradoras de renda". Se por um lado esta atitude serviu para garantir a existência e disponibilidade desta verba, também restringiu imensamente os destinos a que ela poderiam ter sido dados.

Os técnicos do ITESP procederam então a dezenas de reuniões com a comunidade, realizando levantamento de demandas e problemas mais emergenciais. Da mesma forma como vêm fazendo há anos, a comunidade de São Pedro insistiu em pedir um meio de transporte que facilitasse o acesso de pessoas a cidade de Eldorado (especialmente de doentes), telefone, computador, entre outros de caráter mais agro-pecuário. A nenhum dos pedidos serve, no entanto, o rótulo acima mencionado. O ITESP, buscando solucionar a questão, passa a sugerir obras: ampliação do galpão comunitário, construção de galpão para artesanato e, finalmente, a construção de uma quadra de esportes.

E foi exatamente esta "sugestão" que, transformada quase em imposição, foi finalmente aprovada pela diretoria do ITESP. Quando perguntados se realmente queriam a obra, os membros da comunidade dizem que esta não fazia parte de suas prioridades, mas que temiam que recusá-la representasse recusar toda e qualquer outra obra no local.

2. Relações inter-institucionais

Outra questão apontada pelos entrevistados de diversas entidades foi a difícil relação entre as diversas organizações atuantes na comunidade. Além de desavenças político-partidárias, outras, de caráter mais pessoal ou simplesmente arraigadas nas organizações (muitas vezes na forma de pré-conceitos sobre a atuação de outras entidades) tem importantes consequências. As vezes trabalhos extremamente semelhantes ou que poderiam vir a ser complementares existem na comunidade, mas as organizações que os põem em prática os desconhecem.

Quando tal complementaridade é conhecida, ela dá vazão a sentimentos de competição por espaço, ao invés de gerar atividades e planejamento conjuntos. É neste sentido que pode-se afirmar que cada grupo vai a "busca de objetivos próprios" ao invés de buscar entender de que forma poder-se-ia

contribuir com os objetivos da comunidade. Cada entidade atuante procura restringir o seu campo de ação aquele em que acredita possuir maior competência. O fato, em si, não parece preocupante, muito pelo contrário: cada entidade deve cumprir o papel a que foi destinada. No entanto, passa a ser preocupante quando cada entidade enxerga somente sua própria área de atuação e se nega a compreender que a integração entre atividades em diversos setores é essencial para o "desenvolvimento" da comunidade como um todo.

Assim, se por exemplo, uma entidade qualquer não compreender que o plantio de palmito deve ser realizado dentro de um contexto mais amplo que poderia incluir, por exemplo, melhoras nas vias de acesso a comunidade; ela não será capaz de atingir nem mesmo seus objetivos mais imediatos.

A comunidade de São Pedro acaba por também contribuir com o problema ao usar como estratégia a aceitação de todo e qualquer trabalho a vir ser realizado por grupos externos a ela. Ao que parece, os anos e anos de projetos mal logrados ou nem sequer implementados lhes ensinou a dizer "sim" invariavelmente, de modo que a chance de que pelo menos um dos projetos venha a ser finalmente posto em prática sejam bastante razoáveis. Desta forma, os membros da comunidade não informam às diferentes organizações das diversas tentativas simultâneas de que são objeto (e raramente também sujeitos). Temem que isso as afaste e que terminem o processo de discussão do projeto exatamente da mesma forma que começaram: com nada.

Uma última consequência importante desta complicada relação inter-institucional é o funcionamento do Grupo Gestor, instituído em 1997. Tendo centralizado demasiadamente as atividades junto as comunidades, o ITESP encontra-se em uma situação complicada: agora que considera importante dividir tarefas e responsabilidades, já que reconhece que sozinho não será capaz de atender as demandas da comunidade, não encontra parceiros dispostos a tal.

Aqueles que teoricamente deveriam ser seus parceiros, como por exemplo órgãos ligados a outras secretarias de Estado, passaram a considerar como função do ITESP "cuidar" das comunidades quilombolas como um todo, já que a própria entidade assim deu a entender na ânsia de agir pelas comunidades. Ao mesmo tempo, a falta de flexibilidade e a burocracia envolvida no estabelecimento de contratos e parcerias retarda em muito a possibilidade de ação conjunta.

Como consequência disto, o Grupo Gestor não tem, na prática, desempenhado sua função inicial de coordenar ações, já que estas encontram-se teoricamente centralizadas nas mãos de poucos órgãos.

3. Continuidade e transparência

Um ponto fundamental a ser levantado quando discutimos o porquê da falta de projetos efetivamente e eficientemente implantados na comunidade é o da continuidade do trabalho. A Igreja parece ser o maior exemplo de que a continuidade das atividades é fundamental em um processo de mudança. Como principal interventor no processo de organização, a Igreja foi capaz de conquistar, com tempo e dedicação, a imensurável confiança e respeito da comunidade de São Pedro. Confiança e respeito indispensáveis na união das comunidades da área ao redor de questões como luta pela posse da terra e contra a construção das barragens.

Adquirir a confiança da comunidade, no entanto, exige mais do que trabalhar lá durante muito tempo: exige que durante este tempo a entidade realmente respeite a comunidade. E respeito pode ser também reconhecido como, por exemplo, comparecer as reuniões marcadas, mandar avisos com antecedência no caso de mudanças de planos, além de não levantar expectativas excessivas quanto aos resultados das ações a serem realizadas.

Mudanças muito fortes na comunidade também merecem atenção especial. Durante o trabalho de campo técnicos do ISA trouxeram um micro-computador para a comunidade. As consequências de tal ato de boa vontade e prova de atenção poderiam ter sido, no entanto, também perigosas se não

acompanhadas e monitoradas de perto pela entidade. A decisão de colocar o computador na Igreja, por exemplo, pode revelar diversas características da comunidade, até então desconhecidas ou desconsideradas pelas organizações externas. No caso de São Pedro, revela a convivência, na Associação, de famílias seguidoras de duas diferentes religiões.

4. Do paternalismo à ação

Estar sempre presente ao lado da comunidade quando esta solicitar e de forma a acompanhar o processo de mudança iniciado não deve significar, por outro lado, estabelecer relação paternalista. O paternalismo leva à dependência na tomada de decisões e na implementação de ações.

E essa dependência, por sua vez, pode levar a:

- a. paralisação das atividades assim que a entidade deixar a região ou mudar a área de ação;
- b. comodismo por parte da comunidade, que não precisa julgar por si mesma as situações enfrentadas;
- c. criação de um certo "vício" no modo de ver o mundo da comunidade, que agora passa a olhar pelas lentes (valores, ideais e objetivos) de outra entidade.

Encontrar o equilíbrio e alcançar uma relação saudável com a comunidade certamente não é tarefa fácil, nem tampouco rápida. Mesmo por que não é tarefa que cabe unicamente a entidade externa. Cabe também a Associação da Comunidade ser capaz de perceber quando é hora de decidir sozinha. Para estarem prontos a decidirem sozinhos, um primeiro processo de organização se faz necessário. E em São Pedro este processo já vem ocorrendo há quase duas décadas.

Neste momento, coragem e força por parte dos membros da comunidade, representados pela Associação, são essenciais se o que se quer é mostrar que são capazes de lutar pelos próprios direitos e tomar decisões sobre o próprio futuro. Para tal, utilizam-se de estrutura criada por outras organizações (Igreja, por exemplo), mas de forma a marcar presença como instituição pensante e agente nos núcleos de discussão dos quais fazem parte (MAB e MOAB, Conselho Diretor do ITESP, etc).

A comunidade deve, aos poucos e com a ajuda das entidades que lá trabalham, conscientizar-se do poder que possuem. Devem perceber que são capazes não só de aceitar mudanças e projetos de outros grupos, mas de colocar na agenda de tais grupos seus próprios projetos. São Pedro apresenta a grande vantagem de ser uma comunidade unida, com lideranças potencialmente fortes e representativas. A comunidade deve aprender a usar mais sabiamente estas armas, a impor-se e expor-se de forma a deixar claros seus interesses e ser capaz de julgar até que ponto o interesse das organizações externas são compatíveis com os seus.

5. Grupo Gestor como plataforma de planejamento

A última (e talvez mais prática e aplicável a curto prazo) sugestão aqui apresentada foi apontada pelos participantes do Workshop final do trabalho. Trata-se de fazer uso do Grupo Gestor, instituído por lei em 1997, como uma "plataforma" para negociações sobre os recursos naturais, humanos e financeiros em questão.

Atualmente, o Grupo Gestor não tem cumprido seu papel de estabelecer metas e ações conjuntas entre os diversos setores governamentais e não governamentais. Seus membros parecem desiludidos e descrentes da utilidade de tais discussões da forma em que estas vêm acontecendo.

A idéia de "plataforma" (Röling, 1998) parte do princípio que, em situações onde diversos atores enxergam e lutam pelos recursos de maneiras distintas, mas onde dependem uns dos outros, devem

dispor de espaços de negociação onde os diferentes protagonistas sejam capazes de estabelecer diálogos e esclarecer pontos de vista. A partir daí supõem-se que estes diálogos facilitem a ação conjunta, ou pelo menos coerente, das diversas organizações, de modo a permitir um planejamento voltado a resolução dos problemas enfrentados.

A idéia aqui é garantir no Grupo Gestor assento a todos os principais atores atuantes na questão quilombola, incluindo, é claro, representantes das próprias associações de quilombos, de forma a aproveitar a figura legal já existente.

Mas para que a idéia de construir (ou reformar) uma plataforma faça sentido e diferença, é necessário que os diversos atores que dela fazem parte se conscientizem de seu papel, e tenham claros e definidos seus conceitos e objetivos. É fundamental que estes atores sejam abertos a entender diferentes pontos de vista e então negociar estratégias de ação. Ainda, é necessário que os representantes destas entidades na Plataforma tenham autonomia para tomar decisões importantes (o que mais uma vez nos remete às recomendações acima).

V. Considerações finais

Falta aqui uma auto-crítica no que diz respeito ao papel desempenhado pela pesquisadora na comunidade. Como, afinal de contas, transformar os trabalhos acadêmicos em "algo mais do que trabalhos acadêmicos", desejo já apresentado no prefácio deste relatório? Como escapar de representar mais uma entidade que procura alcançar seus próprios objetivos, sem se lembrar da amplitude e complexidade dos objetivos e dia-a-dia dos quilombolas; sem ter em mente que nossas disciplinas e especializações não cabem na realidade em que vivem?

São perguntas de difícil resposta, e cuja discussão transcende em muito a deste relatório. Trata-se de discutir o papel político da ciência e da universidade, de debater sobre a utilidade de um mundo acadêmico tão longe de um cotidiano do qual julga ser esmerado conhecedor. Conhecer nem sempre significa mudar de forma construtiva, apesar de quase sempre significar intervir...

O importante é ter um comprometimento com a comunidade, de forma a ser capaz de enxergar não só os temas de interesse do pesquisador, mas sim também, e principalmente, aqueles das pessoas que ali vivem. Mais do que isso: é deixar claro que existem objetivos próprios, mas buscar de maneira sincera e honesta modos de entrelaçar estes objetivos.

As comunidades remanescentes de quilombos aos poucos cansam-se de responder perguntas e serem entrevistadas. Cansam-se de ver fotos suas publicadas em jornais, revistas ou televisão sem que recebam nada em troca. É com certeza importante conhecer tais comunidades se quisermos ajudá-las a encontrar seu próprio caminho. Os laudos antropológicos do Ministério Público e do ITESP são provas importantes deste fato. Mas não raras vezes trabalhos terminam esquecidos em gavetas de órgãos governamentais ou bibliotecas de Universidades, cumprindo apenas seus objetivos acadêmicos e burocráticos mais imediatos, incapazes de produzir ou sequer catalisar mudanças desejadas nas comunidades.

No caso deste relatório, a intenção é justamente sensibilizar as entidades que trabalham no local, de modo a tentar iniciar um processo de reflexão sobre seus papéis e modos de atuação. Infelizmente, isso não depende só da vontade da pesquisadora.

Finalmente, mais uma vez gostaria de declarar o meu carinho e imensa admiração pelos membros da comunidade de São Pedro. Sua força, carinho e sensibilidade são invejáveis. Sem esta força teria sido

há muito impossível viver sob condições tão adversas como as que encontram pela frente. Tenho muito orgulho de ter podido conhecer e até certo ponto fazer parte deste dia-a-dia.

Por fim, gostaria de deixar clara aqui minha admiração por aqueles que trabalham ou trabalharam diretamente junto à comunidade: as Irmãs Ângela, Sueli e Cida, da Casa Paroquial, Carlos, do MOAB, Irmã Michael, toda a equipe de campo de Eldorado (ITESP), Marcos Gamberini e Ignez, também do ITESP, Débora Stucchi, do Ministério Público, Fábio e Cristina, do ISA, Celina da USP, Wagner e Sandra, da Fundação Florestal, Sandra Kennedy e Ronaldo, entre muitos e muitos outros... A coragem, respeito e dedicação de todos vocês certamente abriu caminhos e construiu pontes. O que precisamos agora é aprender a usar esses caminhos, de forma a ajudar a comunidade de São Pedro a decidir sobre seu destino e a tornar seus sonhos realidade.

V. Bibliografia

- Andrade, T. (org.); Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. IMESP, São Paulo, 1997.
- Barboza, G. dos S.; Projeto de Estudo e Definição Técnico-científico das Organizações Remanescentes de Quilombos, no Vale do Ribeira, SP. Relatório Etnológico Técnico-Científico. (mimeo) São Paulo, 1992.
- Caron, D.; Wongtschowski, M.; Borguini, R.G.; Camargo, P.S.; Pacini, A.; Levantamento Sócio-Ambiental em Três Comunidades Remanescentes do Vale do Ribeira – Relatório Final de Convênio entre Fundação Florestal e Fundação de Estudos Agrários “Luiz de Queiroz”, (mimeo), 1999.
- Carril, L. de F. B.; Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 1995.
- Carvalho, M. C. P. de; História, memória, território e identidade em comunidades rurais negras do Vale do Ribeira. In Encontro Intercultural – Povos do Vale do Ribeira. São Paulo, 2001 (no prelo).
- Faoro, R.; Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. Globo, 13ª ed., São Paulo, 1998.
- ITESP; <http://www.institutodeterras.sp.gov.br/titulo.html>
- ITESP; Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. Cadernos do ITESP 3, 2000.
- Nelson, N. & Wright, S.; Power and Participatory Development: Theory and Practice. Intermediate Technology Publications, London, 1995.
- O Estado de São Paulo, <http://www.estado.com.br/editorias/2001/03/12/ger010.html>; Moradores de quilombos unem-se contra usina, 12 de março de 2001.
- Oliveira Junior, A. N. de; Stucchi, D.; Chagas, M de F.; Brasileiro, S. dos S. Laudo Antropológico – Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. In ITESP; Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. Cadernos do ITESP 3, 2000.
- Queiroz, R. da S.; Caipiras negros do vale do ribeira: um estudo de antropologia econômica, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ USP, 1980.
- Queiroz, R. da S.; Essa Terra é Santa, Essa Terra é nossa. In: Andrade, T. (org.), Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. IMESP, São Paulo, 1997.

Röling, N.G. & Jiggins, J.; The Ecological Knowledge System. In: Röling, N.G. & Wagemakers, M.A.E. (Eds); Facilitating Sustainable Agriculture: participatory learning and adaptive management in times of environmental uncertainty. Cambridge University Press, 1998.

Röling, N.G. & Wagemakers, M.A.E. (Eds); Facilitating Sustainable Agriculture: participatory learning and adaptive management in times of environmental uncertainty. Cambridge University Press, 1998.